

A AUTONOMIA DE LER E ESCREVER: O ENCANTAMENTO DO SUJEITO E A AMPLIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DE MUNDO¹

Jurema Catarina Bastos Fontana²

No momento que a educação é um direito de todos, emerge a construção de novos paradigmas, os quais pressupõe a revisão de práticas pedagógicas, de concepções de aprendizagens e ensino, da função da escola como espaço na construção de conhecimentos e o respeito à diversidade. De acordo com Mairena (apud Morin, 2008, p. 21), “A finalidade de nossa escola é ensinar a repensar o pensamento, a “des-saber” o sabido e a duvidar de sua própria dúvida; esta é a única maneira de começar a acreditar em alguma coisa”.

A Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva inclusiva, demonstra um avanço significativo, no qual todos são convidados a repensar seus pensamentos e suas verdades, enfrentando o desafio da inclusão escolar. Neste sentido, a escola comum contempla a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de forma complementar ou suplementar, em sala de recursos multifuncionais, no turno inverso à escolarização do ensino regular.

Importante destacar que o planejamento do AEE é construído a partir do aluno, focando nas possibilidades e não nas limitações, nas suas experiências, desejos e necessidades. No que se refere ao atendimento de aluno com deficiência intelectual, não há preocupação em trabalhar conteúdos acadêmicos, mas principalmente fazer com que o mesmo saia de uma posição passiva e dependente, perante o processo de aprendizagem, para um movimento de busca na construção do conhecimento. O processo de alfabetização, apropriação da leitura e escrita, possibilita a independência e interação deste sujeito com o espaço escolar e social.

Cada vez mais percebemos que temos de aprender de novo a pensar sobre inclusão e a rever nossas práticas educativas, ainda que para isso seja necessário abandonar a segurança de nossos saberes, dos métodos e das linguagens que já possuímos, mas que também nos possuem (MANTOAN, 2008, p. 9).

¹ Relato de experiência na educação Básica na Escola estadual de Ensino Fundamental Osvaldo Aranha, Ijuí/RS.

² Pedagoga; Especialista em Docência, Gestão e Apoio Pedagógico na Escola Básica; Especialista em Ensino pela Pesquisa e Aprendizagem por Projetos; Professora de AEE da rede Municipal de Fortaleza dos Valos e rede Estadual de Ensino. bastosfontana@gmail.com

O presente estudo tem como objetivo descrever a construção e a evolução do processo da leitura e da escrita de uma aluna com deficiência intelectual, assistida através do AEE em uma Escola Estadual da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a saber, Escola Estadual de Ensino Fundamental Osvaldo Aranha, localizada no município de Ijuí-RS.

Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência, desenvolvido no AEE da Escola Estadual de Ensino Fundamental Osvaldo Aranha, no ano letivo de 2017. Os critérios de inclusão foi ser aluna devidamente matriculada na escola, registrada no senso escolar como aluna com deficiência intelectual. E, como instrumento de coleta de dados, utilizaram-se testes da psicogênese da língua escrita e atividades diversificadas, com o intuito de avançar no processo de alfabetização.

Enquanto professora de AEE, tenho trabalhado com uma diversidade significativa de deficiências, desafiando-me a estudar e planejar os atendimentos, respeitando cada caso, considerando cada história. Assim, ao iniciar este ano letivo, conheci uma aluna, a qual denominarei, neste relato, de Marcinha. De imediato, despertou minhas lembranças como professora alfabetizadora, bem como meu inconformismo ao verificar que a mesma ainda não estava com seu processo de alfabetização concluído.

Marcinha tem 13 anos, matriculada no 5º ano do Ensino Fundamental, com indicativo de deficiência intelectual, através de avaliação pedagógica realizada por uma educadora especializada. Sua família é composta por nove pessoas, pais separados, com situação econômica precária; é a sétima filha do casal; reside, atualmente, com a mãe e dois irmãos. A mãe desta aluna não é alfabetizada, utilizando sua digital para identificar-se enquanto cidadã. Também seus irmãos que possuem histórico de fracasso escolar.

No primeiro encontro que tive com Marcinha, percebi que apresentava um olhar triste, falava pouco e, ao ser questionada, fui compreendendo o porquê de estar recebendo este atendimento. A resposta veio após um silêncio acompanhado de uma postura introspectiva: “Eu não sei ler e escrever, eu não aprendo”. Naquele momento, minha primeira ação foi abraçá-la e, após, levantei seu rosto, olhei nos seus olhos e disse: “Eu acredito que todos podem aprender, portanto, você também pode e vai conseguir”. Perguntei, então, se gostaria de ler e escrever. A resposta foi imediata: “Quero ler para minha mãe”. Então, é preciso ensinar a ler e escrever. Ensinar, na perspectiva de Cagliari (1998, p. 69), significa

[...] compartilhar as dificuldades do aprendiz, analisá-las, entendê-las e sugerir soluções. Como, a cada momento, um indivíduo está numa situação histórica diferente da construção da sua vida e de seus conhecimentos, a cada momento o ensinar é diferente.

Compreendo que cada aluno é singular, traz consigo uma história, possui seu próprio ritmo e tempo de aprendizagem e, em se tratando de alunos com deficiência intelectual, esse tempo aumenta, necessitando de um trabalho mais intenso no sentido de exercitar a atividade cognitiva e sendo o professor um incentivador, provocador e mediador de oportunidades.

Propus a realização do teste da Psicogênese da Língua Escrita, verificando que Marcinha encontrava-se no nível silábico, ou seja, uma letra para cada sílaba, considerando alguns valores sonoros, principalmente das vogais. Utilizava letra script maiúscula, com o traçado definido e bonito. Logo, proporcionei atividades específicas para este nível; lia textos diversos e escrevia para que ela observasse a utilização das letras. Tentei fazer com que entrasse em conflito avançando para o nível alfabético. Em pouco tempo, sua escrita já estava alfabética e, a partir daí, percebi sua discreta manifestação para a leitura.

Minha ação pedagógica passou a ser revestida de estratégias de percepção e estímulos para a leitura como uma descoberta encantadora. Fizemos passeio no entorno da escola para ler materiais gráficos encontrados pelo caminho; disponibilizei também alguns portadores de textos, com o objetivo primeiro de fazê-la perceber que a leitura já estava presente em sua vida.

O sujeito que conhecemos através da teoria de Piaget é aquele que procura ativamente compreender o mundo que o rodeia e trata de resolver as interrogações que este mundo provoca. Não é um sujeito o qual espera que alguém que possui um conhecimento o transmita a ele por um ato de benevolência. É um sujeito que aprende basicamente através de suas próprias categorias de pensamento ao mesmo tempo que organiza seu mundo (FERREIRO; TEBEROSKY, 2007, p. 29).

Retornando à questão inicial feita para a aluna, constato que a mesma conseguiu atingir o primeiro e maior objetivo em relação à escola: aprender ler e escrever. Atualmente, encontra-se no nível alfabético ortográfico (com alguns conflitos) e consegue ler o suficiente para acompanhar sua mãe aos supermercados sem precisar solicitar ajuda dos funcionários do estabelecimento em situações que demandam a leitura.

Na finalização do presente relato, algumas convicções que tenho se fortaleceram, dentre elas, o entendimento que todos têm o direito de aprender e que este é um reconhecimento de igualdade para o início do processo de aprendizagem, sendo o percurso e a linha de chegada momentos que acontecem permeados pelo respeito às diferenças e alicerçados pelos princípios da educação inclusiva.

Acredito na importância do profissional especializado, e, como tal, procurei ter um olhar acolhedor, partilhando com a aluna Marcinha as construções, alegrias e desafios, inerentes ao processo do aprender. O professor é um profissional que precisa refazer-se constantemente,

dialogar, mediar e potencializar as capacidades de seus alunos. A aprendizagem mediada pelo afeto torna-se mais significativa e prazerosa.

O trabalho desenvolvido não está terminado, se estenderá até o final do ano letivo e, provavelmente, terá continuidade no próximo. Nesta etapa final do ano em curso, pretendo ampliar com Marcinha eventos de letramento, para que a mesma perceba de forma cada vez mais contundente a função social da escrita, fazendo com que ela possa avançar na leitura compreensiva e interpretativa, bem como na produção escrita.

Foi uma experiência positiva porque, além de ver olhos felizes, que deixaram de ler pelos olhos de outras pessoas, tive oportunidade de presenciar a alegria da mãe pela conquista da filha quando expressou as seguintes palavras, com as quais encerro este relato: *“Professora, que alegria que sinto no meu coração da minha fia tá lendo, agora não vou mais vê ela passa pelo mesmo que eu passo, porque nunca aprendi a lê”*.

Palavras-chave: Inclusão social; Alfabetização; Atendimento educacional especializado.

REFERÊNCIAS

CAGLIARI, L. C. A respeito de alguns fatos do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita pelas crianças na alfabetização. In: ROJO, R. (Org.). **Alfabetização e letramento:** perspectivas linguísticas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre, 2007.

MANTOAN, M.T.E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** Rio de Janeiro, 2008.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita** – repensar a reforma e reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro, 2008.